

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) E SUAS IMPLICAÇÕES EM UMA COMUNIDADE ESCOLAR

PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT (PPP) AND ITS IMPLICATIONS IN A SCHOOL COMMUNITY

Rosineia Oliveira dos Santos **1**

Resumo: O presente artigo tem como principal objetivo analisar quais são as implicações na comunidade escolar com a construção de um projeto político pedagógico emancipador. Para este objetivo temos como problemática, quais as particularidades em volta da construção de um PPP e o que a comunidade escolar sabe sobre este documento que é construído pela escola. Para esta pesquisa utilizamos o método bibliográfico com foco em esmiuçar o projeto político pedagógico de uma escola de Educação fundamental II e ensino médio, localizado no bairro da Ipiranga na região sul da cidade de São Paulo. Para complementação da pesquisa, foi realizada entrevista com a diretora da escola a respeito dos itens que considera importante para construção de um PPP democrático e emancipador. Por meio deste documento e do relato com a entrevista, percebemos que este é um documento muito importante para a escola e com isso todos ganham, uma vez que para que essa construção ocorra é necessário o empenho de todos em desenvolver atividades e também relatar o seu dia a dia como foco no que foi pesquisado e documentado no PPP. Por fim, compreendemos que este documento deve ser guardado e servirá de memorial para os futuros diretores, gestores, professores e demais pessoas envolvidas com a dinâmica estudantil de cunho do desenvolvimento e da aprendizagem da criança.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Emancipador. Educação Fundamental. Ensino Médio. Comunidade Escolar.

Abstract: The main objective of this article is to analyze what are the implications in the school community with the construction of an emancipatory pedagogical political project. For this purpose, we have as problematic, what are the particularities around the construction of a PPP and what the school community knows about this document that is built by the school. For this research we used the bibliographic method with a focus on scrutinizing the political pedagogical project of an Early Childhood Education school located in the Mooca neighborhood in the eastern region of São Paulo. To complement the research, an interview was conducted with the school director regarding the items she considers important for the construction of a democratic and emancipating PPP. Through this document and the report with the interview, we realize that this is a very important document for the school and with that everyone wins, since for this construction to take place, everyone's commitment to developing activities and also reporting their day by day focusing on what was researched and documented in the PPP. Finally, we understand that this document must be kept and will serve as a memorial for future directors, managers, teachers and other people involved with the student dynamics of the child's development and learning.

Keywords: Report. Experience. Project. Text. Writing.

1 Doutoranda em Comunicação pela Universidade Paulista (UNIP), com bolsa PROSUP/CAPES. Atualmente é docente no Senac São Paulo atuando no Ensino médio técnico em Administração. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4740696177494804>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0238-1268>. E-mail: profrosineia42@gmail.com

Introdução

O Projeto Político Pedagógico (PPP) se configura como um documento fundamental para qualquer instituição de ensino. Esse documento se torna mais do que um mero guia de normas e procedimentos, o PPP serve como a bússola que norteia o trabalho pedagógico, orientando as ações da comunidade escolar em direção a um objetivo comum: o desenvolvimento integral de todas as pessoas que estão dentro da escola.

O PPP não é um documento solitário ou imposto de cima para baixo. Sua elaboração deve ser um processo coletivo e democrático, envolvendo toda a comunidade escolar: equipe gestora, professores, coordenadores pedagógicos, pais ou responsáveis, e, claro, as próprias crianças. Essa construção conjunta garante que o PPP esteja alinhado às necessidades e realidades da comunidade escolar, além de fortalecer o senso de pertencimento e responsabilidade de todos os envolvidos.

Para tanto, a unidade educacional em questão, na qual estamos estudando tem como objetivos em seu PPP de 2022, considerando a LDBEN 9394/96 as DCNEI e o currículo da cidade educação infantil de São Paulo e também seguindo a Base Nacional Comum curricular (BNCC).

Organizar encontros que viabilizem as relações com pessoas e conhecimentos que lhes possibilitem experiências, que provoquem e gerem acontecimentos, intercâmbios, possibilitando construir modos de ser e de participar da vida social;

Possibilitar o desenvolvimento integral da criança no aspecto físico, psicológico, intelectual e social, numa parceria com a família e comunidade;

Priorizar o cuidar e o educar como ações indissociáveis, de forma a complementar a ação da família visando o bem-estar, o crescimento e o pleno desenvolvimento da criança;

Desenvolver trabalho pedagógico que considere as brincadeiras, explorações e investigações, as diferentes linguagens, ludicidade, interações e organização da ação pedagógica;

Intensificar a relação da unidade educacional com as famílias, buscando entender, respeitar as diferentes culturas, propor parcerias no processo de aprendizagem da criança (PPP, 2022, p. 25)

Com esses objetivos a escola entende a infância e as crianças na sociedade contemporânea, de modo que possamos compreender a delicada complexidade desta fase e a dimensão criada das ações infantis. Neste sentido, articula-se as culturas infantis e as culturas da infância como produção e criação, sensibilizando o olhar e a escrita para as relações que se estabelecem no mundo a partir do ponto de vista da criança e considerando as interferências da sociedade na formação do seu pensamento, acreditando que cada criança que esteja na unidade educacional seja convidada a reinventar e transformar o mundo.

Portanto, nosso artigo tem como principal objetivo analisar quais são as implicações na comunidade escolar com a construção de um projeto político pedagógico emancipador. Para este objetivo temos como problemática, quais as particularidades em volta da construção de um PPP e o que a comunidade escolar sabe sobre este documento que é construído pela escola? Em torno desta problemática, sabemos que uma das hipóteses é de que pouco se sabe pela comunidade interna e externa sobre esse documento, tornando inviável a realização do mesmo, uma vez que a criação deste projeto se deve para a disseminação e criação de novas diretrizes para que as pessoas possam acessar sempre que possível.

Descrição do Projeto Político Pedagógico (PPP)

O Projeto político pedagógico (PPP) que é desenvolvido pela comunidade interna e

externa da escola é fundamental para que todos saibam os caminhos que devem seguir rumo a uma gestão democrática e participativa. Para que a escola desenvolva um PPP participativo e democrático é necessário que as pessoas que estão nesse processo tenham em mente quatro itens: Conhecimento do que se deseja incorporar no projeto; Tempo que levará para que todos os itens do PPP sejam aplicados; Colaboração para que o teórico vire prática e vice-versa dentro e fora do ambiente escolar; e por fim, Planejamento que é o motor central do desenvolvimento de um projeto político pedagógico. É uma tarefa extremamente difícil conceituar um projeto que reflete a proposta educacional da escola. Portanto, a comunidade escolar terá que desenvolver um trabalho coletivo para que os objetivos sejam alcançados como informa Veiga (2009, p. 13)

O Projeto Político Pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola.

Alguns pilares são necessários para que seja implantado um projeto político pedagógico na escola de qualidade, como, os fundamentos éticos – políticos – valores da escola; fundamentos epistemológicos – o conhecimento sobre o que se quer como resultado, mas para isso é necessário saber qual seu ponto de partida; fundamentos didáticos pedagógicos - as relações. Esses pilares são fundamentais para que se tenha um PPP completo e para que ocorra de fato uma gestão democrática dentro e fora da escola. Essa gestão democrática no sistema educacional público é importante, pois como informa Azevedo (2006, p. 510)

abre possibilidades para que se construa uma escola pública de qualidade, que atenda aos interesses da maioria da população brasileira, além de representar uma possibilidade de vivência e aprendizado da democracia, podendo, portanto, tomar um sentido diferenciado.

O projeto político pedagógico também pode ser dividido em três dimensões: pedagógica, comunitária e dimensão administrativa. Essas dimensões sendo bem definidas e trabalhadas o PPP se torna mais participativo para todos da comunidade escolar. Neste sentido, o PPP é dividido em partes, dentre elas o marco referencial, esse por sua vez é subdividido em: marco situacional, doutrinal e pedagógico. Esse último é fundamental para se ter documentado tudo que está em seu entorno e dentro da escola, afim de considerar as possibilidades de desenvolver projetos envolvendo responsáveis pelos alunos e também conhecer qual o perfil desta comunidade, neste sentido, a comunidade interna e externa da escola. O marco da programação serve para descrever as atividades que serão realizadas no decorrer do ano ou a longo prazo pela equipe escolar, entretanto, cada escola poderá ter mais desdobramentos destes marcos, dependerá apenas de sua realidade (Natividade; Medeiros, 2014, p. 10).

Os participantes devem se envolver e envolver a comunidade e devem ser responsáveis pelas ações e compartilhar responsabilidades e com isso definir os rumos da escola. O PPP é condição indispensável e serve como instrumento organizacional de fortalecimento da identidade da escola pública ou privada. Esse instrumento é o principal documento orientador das diretrizes e bases da escola e por isso deve ser construído de forma participativa e democrática, ou seja, transformar por meio do PPP a realidade do presente para se construir uma nova realidade com melhorias para todos. O que se percebe no dia a dia da escola é que motivar uma comunidade escolar não é tarefa fácil, uma vez que sair da rotina e buscar outros e grandes desafios implica uma mudança estrutural que muitas vezes gera uma barreira entre os agentes dentro da escola (Natividade; Medeiros, 2017).

Portanto, para que se tenha um PPP emancipador tem-se que entender qual é o principal objetivo da escola e qual o papel de cada pessoa dentro desse processo, uma vez que as crianças são a parte fundamental deste quebra-cabeça.

Para isso, entende-se que uma política educacional voltada para a comunidade escolar, deve

conter rupturas, para isso o professor Gadotti (1994, p. 579) explica que

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

O projeto deve seguir normas e regras que são regidas especificamente pelos órgãos federais, estaduais e municipais, ter planejamento para a viabilidade de uma ação com as crianças e seus colaboradores e também em qual medida cada ação interfere no processo social, cultural e político da comunidade interna e externa. Ou seja, de acordo com a LDB 9394/96 que em seu artigo 2º diz que “ tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”, desta forma, desenvolver ações voltadas para a comunidade é o principal desafio de criar um PPP emancipador, a união entre escola e comunidade, ainda é muito rasa e requer um olhar mais profundo, uma vez que o que se busca é pleno desenvolvimento da criança e que este seja capaz de se desenvolver em vários ambientes em que esteja.

Desta forma, o projeto da escola algumas questões necessitam ser feitas em relação aos sujeitos que queremos formar, aos conhecimentos que queremos ensinar, à sociedade que queremos para viver, à escola que temos e queremos, à concepção de avaliação que defendemos, à cultura que queremos valorizar e até mesmo a que relações de poder queremos manter. Por isso, é importante indicar no PPP o que vai ser feito, quando será feito, de que maneira, por quem será feito, para chegar a que resultados? Deve-se também alinhar a filosofia da escola com as diretrizes nacionais que regulam o ensino, adequando esses itens com a realidade da escola.

É fundamental também que o documento descreva os princípios norteadores que estão contemplados na LDB Nº 9394/96, no seu Art. 3º:

- I. igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- IV. respeito a liberdade e apreço a tolerância;
- V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação do sistema de ensino;
- IX. garantia do padrão de qualidade;
- X. valorização da experiência extracurricular;
- XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais [...]

Entrevista – Elaboração e Implementação do PPP

Diante do exposto no capítulo 1 e da necessidade em se implantar um PPP efetivo na escola, o objetivo deste texto é analisar o processo de construção e implementação do projeto político pedagógico numa escola pública que oferece Ensino Fundamental II e Ensino Médio e está localizada no município de São Paulo, no bairro do Ipiranga. Para isso fomos conhecer o projeto da Escola estadual Nossa Senhora Aparecida e conversamos com sua diretora a senhora Selma

Marconi Sanchez. O perfil dos estudantes da escola é das classes C e D e que tem muita dificuldade com leitura e com a disciplina de matemática.

Ao ser perguntada acerca do seu papel na elaboração e implementação do projeto político pedagógico, a direção escolar explicou que “meu papel é fundamental, uma vez que com uma gestão democrática, consigo guiar a comunidade escolar em quais passos podemos iniciar o projeto e com isso obter êxito em sua implementação” (Sanchez, 2022).

Na entrevista a diretora escolar nos informou que para envolver a comunidade na construção do PPP deve-se “Incluir toda a comunidade escolar que é um grande desafio, porém, de grande valia. O projeto político pedagógico ainda é uma oportunidade para o envolvimento e a participação dos pais nos assuntos escolares. A gestão precisa estar aberta e estudar a viabilidade das sugestões e propostas apresentadas pelas famílias e pelos alunos, estimulando o compromisso social e o desenvolvimento da cidadania” (Sanchez, 2022).

Neste sentido, argumenta Natividade e Medeiros (2014, p. 08):

O projeto político pedagógico (PPP) da unidade escolar é um instrumento teórico-metodológico a ser disponibilizado e reconstruído sempre que desejarem alterar dados, informações que nele contenha. Elaborar um PPP na escola requer uma discussão da função social e política da escola e que envolve vários princípios como os de caráter administrativo, comunitário e de gestão de resultados.

Outro ponto abordado na entrevista foi a comunidade e como é o processo de inclusão na elaboração deste projeto para que ele se torne mais participativo e democrático e viável para todos, a diretora Sanchez (2022) respondeu que “é fundamental que a comunidade esteja envolvida com a escola para que juntos consigam desenvolver um PPP que venha ao encontro dos interesses de alunos, pais, professores e gestão” e informa que “PPP é um documento norteador de organização das atividades pedagógicas que a escola realizará, guiando a administração da instituição e a condução do aprendizado dos estudantes, este documento também visa guiar e estabelecer uma gestão democrática dentro da escola”.

Para que isso ocorra é necessário construir um projeto flexível e que permite adequações, pois, conforme Natividade e Medeiros (2014) informa a escola deve propiciar efetivamente a participação de todos os atores da escola, nunca se desviar dos seus princípios pedagógicos, tornando assim, o maior objetivo do PPP que é melhorar a qualidade de ensino.

Outro aspecto que chamou atenção na entrevista foi quanto a disponibilidade deste documento para a comunidade escolar, quando perguntada se as pessoas têm ciência deste documento a resposta foi “pouco” deixando com questionamento se a construção se faz realmente de forma democrática ou somente como cumprimento de legislações e obrigações por parte da gestão da escola.

Para Natividade e Medeiros (2014, p. 14) não é fácil construir um PPP na escola, principalmente quando se tem que reunir toda uma comunidade para dialogar sobre vários pontos que algumas vezes são ainda obscuros para a escola, mas eles argumentam que

É sabido por todos que não é tarefa fácil construir em uma escola um PPP dentro da perspectiva de inovação emancipatória. Necessita-se de um empenho de todos, e, envolver pessoas para um trabalho de excelência é uma tarefa árdua, motivar essas pessoas a contribuir com o crescimento da Unidade Escolar não é fácil. Porém, à medida que o trabalho vai se consolidando e os resultados aparecendo, os indivíduos começam a acreditar que uma gestão compartilhada através de um projeto pedagógico eficaz é possível. Essa mudança emancipatória não ocorre da noite para o dia, desconstruir paradigmas de um sistema montado é um processo longo e lento, mas possível e necessário (Natividade; Medeiros, p. 14).

O que se percebe dentro das escolas é que cada vez mais a comunidade escolar tem que desenvolver estratégias para incluir as pessoas com necessidades especiais, com dificuldade e distúrbios de aprendizagem e também **crianças que não tem condições** de locomoção e também crianças com TEA, neste sentido, foi lhe perguntado, como é contemplada a inclusão no PPP da escola? Sanchez (2022) respondeu que “a inclusão está contemplada e que os alunos com necessidades especiais são envolvidos no contexto escolar e nas diversas atividades realizadas. Em nossa escola está incorporada grandemente a educação inclusiva”.

A educação inclusiva ainda é muito debatida entre os gestores escolares, professores e profissionais que lidam com a educação, pois percebe-se pela resposta da diretora que a inclusão está na escola, mas ainda se tem um longo caminho para entender em que medida ela está inserida em seu projeto político pedagógico, principalmente a questão da formação continuada dos professores e demais profissionais da escola.

A educação de qualidade é sustentada por dois eixos: o da igualdade e o da inclusão. Para tanto, há a necessidade de se fortalecer as condições de acesso, sucesso e permanência do aluno na escola, bem como o desenvolvimento de estratégias para a integração de diferentes instituições educativas da sociedade e investir, simultaneamente, na educação básica e na educação superior. Essa estratégia diz respeito à ação coordenadora do poder público e entre este e a sociedade. A conquista da qualidade social e política da educação é uma tarefa conjunta dos gestores do sistema público de ensino, da organização, dos profissionais da educação, dos pesquisadores e especialistas, da comunidade escolar, enfim, de toda a sociedade envolvida no processo educacional (Veiga, 2012, p. 168).

Nesse sentido, com o advento da filosofia da inclusão escolar, intensificou-se a argumentação de que todos os estudantes devem ser escolarizados numa mesma sala de aula. Entretanto, afirma Mendes *et al.* (2011, p. 01)

(...) a prática inclusiva implica desafios consideráveis para o professor de classe comum. Cada vez mais se tem trabalhado o princípio de que os professores não devem trabalhar sozinhos, mas em equipes que apresentem propostas, cujas funções tenham objetivos comuns para melhorar a escolarização de todos os alunos.

Portanto, esclarece Veiga (2009, p. 04) a formação continuada colabora para que a escola esteja alinhada as questões sociais, econômicas e políticas que surgem na sociedade

A qualidade do ensino ministrado na escola e seu sucesso na tarefa de formar cidadãos capazes de participar da vida socioeconômica, política e cultural do país relacionam-se estreitamente a formação (inicial e continuada), condições de trabalho (recursos didáticos, recursos físicos e materiais, dedicação integral à escola, redução do número de alunos na sala de aula etc.), remuneração, elementos esses indispensáveis à profissionalização do magistério. A melhoria da qualidade da formação profissional e a valorização do trabalho pedagógico requerem a articulação entre instituições formadoras, no caso as instituições de ensino superior e a Escola Normal, e as agências empregadoras, ou seja, a própria rede de ensino. A formação profissional implica, também, a indissociabilidade entre a formação inicial e a formação continuada.

A entrevistada também corrobora quando responde à questão sobre incluir a comunidade na elaboração do projeto político pedagógico, com isso ele se torna mais participativo e democrático? “Certamente, é fundamental que a comunidade esteja envolvida com a escola para que juntos consigam desenvolver um PPP que venha ao encontro dos interesses de alunos, pais, professores e gestão”.

Outro ponto a ser discutido e que colabora com a citação acima é qual a intencionalidade

deste PPP, isso demonstra as ações que são realizadas dentro da escola, para que assim seja realizada o que é possível ou o que é viável de ser implantado pela comunidade escolar. Para isso Veiga (2012, p. 169) informa que

É preciso transformar a vida da aula e da escola de modo que se possam vivenciar práticas sociais e intercâmbios acadêmicos que induzam à solidariedade, à colaboração, à experimentação compartilhada, assim como a outro tipo de relações com o conhecimento e a cultura que estimulem a busca, a comparação, a crítica, a iniciativa e a criação(...) Apenas vivendo de forma democrática na escola pode se aprender a viver, a sentir democraticamente na sociedade, a construir e respeitar o delicado equilíbrio entre a esfera dos interesses e necessidades individuais e as exigências de coletividade.

Considerações Finais

Por fim, sabe-se que o projeto político pedagógico é de suma importância para que consigamos uma gestão democrática e participativa e com isso chegarmos a um projeto que vá além dos muros da escola, ou seja, se torne emancipador. Para que isso ocorra o PPP deverá envolver todos dentro da escola, gestores, professores, equipe pedagógica, alunos e pais de alunos, todos devem estar cientes dos objetivos que devem ser alcançados. Ao se tratar de uma escola estadual o papel dos pais e alunos se faz mais presente nas mudanças que devem ser realizadas e também por melhorias na qualidade da educação que escola fornece, com isso, obteremos uma escola possível para uma comunidade que estará ciente das dificuldades e também do que está dando certo.

A diretora escolar Sanchez (2022), finaliza que o PPP é “essencial na construção de uma escola efetivamente democrática, onde a cidadania prevaleça”. A partir do momento em que a escola se preocupa em realizar a construção do seu projeto de forma coletiva e participativa, seguindo os princípios da gestão democrática, assume-se também o desafio de promover a formação de um cidadão crítico reflexivo que será atuante na sociedade. Portanto, a diretora da escola deixa claro o papel esclarecedor do PPP, mas de forma alguma deixou evidente como isso seria implantado em sua escola para a participação efetiva de todos os envolvidos.

Referências

AZEVEDO, Janete M. Lins. O Estado: A Política Educacional e a Regulação do Setor educação no Brasil: uma abordagem histórica. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto e AGUIAR, Márcia Angela da S. (Orgs). **Gestão da Educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto pedagógico. In: MEC. Conferência nacional de educação para todos. **Anais**. Brasília, 1994.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C. Y. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, jul./set. 2011.

NATIVIDADE, Juliana de Souza; MEDEIROS, Simone Alves. Projeto político pedagógico e gestão democrática: limites e desafios. **Revista Episteme Transversalis**, v. 7, n. 2, p. 1-18, ago. 2017. Disponível em: <http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/episteme/article/view/140/124>. Acesso em: 20 out. 2024.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. 23. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 3, n. 4, 2012. DOI: 10.22420/rde.v3i4.109. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/109>. Acesso em: 03 nov. 2024.